

Plataformização da educação pública paranaense

Débora Lauane Luz (UEL)¹

debora.lauane0@uel.br

Adriana Medeiros Farias (UEL)²

adrianafarias@uel.br

1 Introdução

O início do século XXI é marcado pelo avanço tecnológico e das formas de dominação burguesa por meio da expansão dos Aparelhos Privados de Hegemonia Empresariais (APHEs) no âmbito da educação pública (FONTES, 2020). O fenômeno abarca vários níveis, etapas e modalidades da educação básica e na implementação das políticas educacionais durante o período pandêmico. Período analisado por Olinda Evangelista (2020), como de fato anunciou Jorge Paulo Lemann como uma “Janela de Oportunidades” para os negócios educacionais. Ao analisar o avanço do denominado “ensino” remoto, a autora criticou a imprecisão conceitual dos termos e desvelou a intencionalidade empresarial de expandir seus negócios aproveitando o contexto pandêmico para experimentar as mais diversas plataformas, materiais e serviços vendidos ao poder público. O período de oportunidades permaneceu após a pandemia que aprofundou o empresariamento da educação pública e a plataformização da educação. A partir dos estudos feitos por Farias (2021), a Fundação Lemann tem investido em organizações empresariais e *startups* com foco em plataformas educacionais e no uso ampliado dos recursos tecnológicos para a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) na educação pública. Diante disso, dois eixos de análise serão fundamentais para esse estudo, o do empresariamento da educação e o da plataformização como parte de um mesmo processo de expansão do modo empresarial de educação por meio dos APHEs.

¹Estudante do Curso de Graduação de Pedagogia da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Bolsista Fundação Araucária. Integrante do Grupo de Pesquisa em Educação, Estado Ampliado e Hegemonias (GPEH).

² Docente do Departamento de Educação da Universidade Estadual de Londrina (UEL), pesquisadora Líder do Grupo de Pesquisa em Educação, Estado Ampliado e Hegemonias (GPEH).

Entende-se por empresariamento da educação pública o processo de construção e implementação das políticas educacionais sob os preceitos liberais e empresariais expandindo

os interesses da fração burguesa empresarial nas escolas públicas. A plataformização da educação por sua vez, também é um dos meios pelos quais os interesses empresariais privados são difundidos, visto que,

Por outro lado, essa tendência concilia de uma vez os interesses de ambas as frentes de ação burguesa na educação: repolitiza a educação escolar, intensifica os instrumentos de controle sobre o trabalho escolar e reduz a formação dos trabalhadores às competências socioemocionais. Os trabalhadores da educação estão diante de uma falsa encruzilhada colocada pelos empresários e seus prepostos: retomar o ensino presencial ou adotar as formas mais precárias de atividades remotas que serão travestidas de “ensino remoto” para poder contabilizar estas horas como parte de um calendário letivo em que a educação escolar não ocorreu (LAMOSA, 2020, p.20).

A expansão das ferramentas tecnológicas no “ensino” remoto atingem o trabalho docente com a precarização e controle da prática pedagógica. A partir disso, os estudos propostos nesta Iniciação Científica em andamento, derivados do Projeto de Pesquisa intitulado “Estado Ampliado e Empresariamento da Educação Pública do Brasil”, objetivam identificar e analisar os produtos e serviços derivados do Conglomerado Educacional Lemann para o controle da prática docente e gestora. Ademais, a pesquisa fundamenta-se no materialismo histórico dialético. Trata-se de pesquisa qualitativa do tipo documental – bibliográfica apoiada nos estudos de Fontes (2010, 2020); Freitas (2014, 2018); Lamosa (2020); Grohmann (2020); Motta e Andrade (2020) e Farias (2021, 2022).

2 Desenvolvimento

O contexto pandêmico acelerou o fenômeno da plataformização. No Paraná, com a Resolução nº 1.522/2020 – GS/SEED,³ durante a gestão do então secretário da educação Renato Feder, foi decretado o “ensino” remoto por conta da suspensão das aulas presenciais durante a pandemia da Covid-19. Com essa Resolução, as plataformas digitais “Google Meet”, “Classroom” e “Forms”, passaram a ser utilizadas como ferramentas tecnológicas para a continuidade das aulas em contexto *online*. Essas ferramentas incluem postagem de atividades, formulário de respostas de trabalhos e provas e encontros *online* no “Google Meet”. O mesmo aconteceu

³ https://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2020-05/resolucao_gsseed_1522_2020.pdf

com a disponibilização da plataforma Aula Paraná, no qual era posto aulas gravadas das disciplinas da Educação básica de ensino.

Trata-se nessa pesquisa de analisar as plataformas educacionais implementadas em escolas públicas no estado do Paraná no contexto pandêmico, mas que se alastra no período pós pandemia, sendo algumas delas: Matific, uma empresa de plataforma educacional gamificada; Aula Paraná, ferramenta de aulas remotas; Redação Paraná, no qual corrige automaticamente as redações dos estudantes; Livro Registro de Classe Online -LRCO, fundamentado em registro de presença *online*, se expandindo para planos de aulas das disciplinas no qual o professor leciona e, a plataforma Inglês Paraná. Essas plataformas citadas foram viabilizadas pela Secretaria da Educação (SEED/PR). Contudo, a expansão da plataformização, principalmente em escolas públicas, dissemina a manutenção dos ideais da fração burguesa empresarial, fundamentado na expansão de uma educação não emancipatória.

As plataformas citadas estão em consonância com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) Lei nº 9131/95, no qual difunde interesses empresariais de um projeto curricular para um novo tipo de trabalhador para o mercado de trabalho, juntamente com as competências socioemocionais, projeto de vida e aulas de educação financeira. Lamosa (2020) analisa a contrarreforma a partir da reconfiguração do Estado em 2016,

No entanto, tem se aproximado do TPE na defesa de um currículo tecnicista, na elaboração e difusão de formas e instrumentos de controle do trabalho realizado nas escolas e na agenda que resultou na aprovação da Base Nacional Curricular Comum (BNCC) (<http://bit.do/fJFKi>) e na contrarreforma do Ensino Médio (<http://bit.do/fJFKo>), ambas iniciadas no contexto pré golpe e acelerada na conjuntura de contrarreformas que caracterizam o período pós golpe e a aprovação da contrarreforma trabalhista e previdenciária (LAMOSA, 2020, p.17).

Diante disso, a plataformização é um desdobramento da BNCC, a partir da concepção tecnicista de educação e dos ideais burgueses empresariais contidos no documento, utilizadas para a padronização do currículo da educação básica.

A plataformização durante o período pandêmico, permitiu que o trabalho docente fosse padronizado e escasso, afinal as ferramentas tecnológicas para o “ensino” remoto não foram ofertadas para os professores, no qual buscaram diversas alternativas para que os conteúdos das

aulas chegassem aos alunos durante o período pandêmico. A carga excessiva de trabalho permaneceu a mesma e,

[...] essa plataformização do trabalho se assenta, ao mesmo tempo, em bases tecnológicas, financeiras e políticas, a partir dos processos de dataficação e financeirização e da racionalidade neoliberal empreendedora. São as bases de sustentação pelas quais se estruturam a gestão algorítmica do trabalho e os tipos de controle daí advindos (GROHMANN, 2020, p.118).

Tendo em vista que os professores são orientados para fundamentar seu trabalho pedagógico nos programas, projetos e propostas das organizações empresariais, expandindo o controle da prática do docente.

3 Considerações Finais

Ainda que a sociedade contemporânea seja marcada por avanços tecnológicos, essa pesquisa em andamento indica que as práticas pedagógicas fundamentadas em plataformas educacionais, inviabilizam a autonomia docente e gestora, partindo do controle pedagógico proporcionado pelo uso das plataformas. Além disso, torna-se um desafio incluir ferramentas tecnológicas em escolas públicas, nas quais há uma escassez no acesso à tecnologia no cotidiano dos estudantes. Ainda, organizações e braços sociais empresariais utilizam de discursos de uma educação de qualidade por meio da expansão das plataformas educacionais, a fim de camuflar os interesses privados da burguesia empresarial na educação pública, contrariando a perspectiva de uma educação emancipatória.

Referências

EVANGELISTA, Olinda. **Pandemia! Janela de oportunidade para o capital educador.** Contrapoder. Net. Disponível em: <https://contrapoder.net/colunas/pandemia-janela-de-oportunidade-para-o-capital-educador/>

Acesso em: 23.fev.2023.

FARIAS, A. M. Conglomerado de aparelhos privados de hegemonia empresariais Lemann e sócios. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 735–765, 2021. DOI:10.9771/gmed.v13i2.44302. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/44302> Acesso em: 23.fev.2023.

FARIAS, Adriana Medeiros. Conglomerado, plataformização, “ensino” remoto e educação pública no Paraná. *Revista APP Sindicato*. 2022.

FONTES, Virgínia. Capitalismo filantrópico?. **Marx e o Marxismo-Revista do NIEP-Marx**, v. 8, n. 14, 2020.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o Capital-Imperialismo: Teoria e História**. Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ, 2010.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A Reforma Empresarial da Educação: nova direita, velhas ideias**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FREITAS, Luiz Carlos. Os empresários e a política e a política educacional: como o proclamado direito à educação de qualidade é negado na prática pelos reformadores empresariais. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**,

Salvador, v. 6, n. 1, p. 48-59, jun. 2014. Disponível em:
<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/12594>

Acesso em: 16.fev.2023.

GROHMANN, Rafael. Plataformização: entre a dataficação, financeirização e a racionalidade neoliberal. **Revista Eptic**, v.22, n.1, jan/abr. 2020. Disponível em:
<https://seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/12188> Acesso em: 17. fev.2023.

LAMOSA, Rodrigo. **Classe dominante e educação em tempos de pandemia**: uma tragédia anunciada. Editora Terra sem Amos: Parnaíba, 2020. 140p.

MOTTA, V.; ANDRADE, M. C. P. de. Empresariamento da educação de novo tipo: mercantilização, mercadorização e subsunção da educação ao empresariado. **Revista Desenvolvimento e Civilização**, Rio de Janeiro, v. 1, n.1, p. 64-86, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdciv/article/view/54751> Acesso em: 23 fev.2023.